

URGÊNCIA PARA UM PROJETO ABOLINDO A ESCRAVIDÃO

Sessão de 30-8-1880

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sr. Presidente, na semana passada a Câmara, atendendo a um pedido motivado com a maior franqueza pelo orador que ocupa a tribuna neste momento, concedeu-lhe urgência para, na sessão de sexta-feira, fundamentar um projeto de lei que tinha por fim a extinção do elemento servil.

Nesse dia, porém, não houve sessão. O fato de ser muito freqüente não reunir-se o Parlamento, sem que mesmo haja na ordem do dia projeto algum que motive essa falta de reunião, me levaria a crer que não houve motivo político que determinasse a falta da reunião da Câmara na sexta-feira, se de véspera não fosse positivamente sabido que a Câmara não devia reunir-se neste dia.

Neste caso, eu pergunto aos nobres ministros de Estado que se acham presentes e pergunto também ao nobre líder da maioria, cuja posição no governo parlamentar deve ser tão responsável e tão determinada por motivos políticos como a dos honrados ministros...

O Sr. Freitas Coutinho – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... Se houve algum motivo que levasse a Câmara a não reunir-se, e se ela quis assim, por meio de uma *parede*, deliberar fora de sessão o contrário do que tinha deliberado, reunida neste recinto. (*Reclamações; trocam-se muitos apartes.*)

Eu sou um contra muitos e peço aos nobres deputados que me deixem falar. S. Ex^{as} estão perfeitamente representados por um homem conhecedor da tribuna e que trará a ela todos os esclarecimentos, o honrado Sr. Martinho Campos.

O Sr. Beltrão – O nobre deputado não está só na Câmara. A parede é um fato que está no domínio público.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Como na sexta-feira passada se reuniram nada menos de 58 Srs. Deputados...

(Há vários apartes que interrompem o orador.)

As declarações dos nobres deputados em apartes não figurarão no meu discurso e por consequência não serão feitas para o País.

Como, porém, compareceram, na sessão de sexta-feira, 58 senhores deputados e é de crer que dos ausentes pelo menos número suficiente para fazer

sessão não fosse determinado por nenhum propósito firme de não comparecer nesse dia, eu não tenho o direito de supor que a Câmara, como corporação, deliberasse nos corredores o contrário do que tinha resolvido em sessão solene.

O Sr. Freitas Coutinho – Foi uma demonstração de confiança ao Gabinete.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Faço estas observações porque os negócios públicos, uma vez trazidos ao conhecimento do País pela imprensa e desde que afetam a dignidade de uma instituição à qual todos os dias os ministros lançam infelizmente em rosto que ela não representa o País, devem ser verificados de um modo que o País fique perfeitamente conhecendo, e que o historiador possa bem estudar, e o lugar próprio para os verificar é a própria tribuna do Parlamento.

Eu não me teria certamente levantado neste momento, se não fosse ter sido público que várias tentativas foram feitas para que a Câmara se não reunisse depois do voto de urgência.

O voto notável do meu ilustre amigo, o Sr. Ministro da Agricultura, o qual, como parlamentar, compreendeu que a tribuna nesta casa deve estar sempre franca a todas as opiniões, como o tem estado, desde os dias da Independência, desde a Constituinte até hoje, sem haver sequer uma só vez uma tentativa para frustrar uma liberdade que é uma das garantias da ordem social, a liberdade dos debates parlamentares, o voto do nobre Ministro, dizia eu, o qual, convencido deste princípio de que todos os sistemas devem ser traduzidos à luz da discussão, que devem cair neste recinto ou sair dele triunfantes, foi interpretado como tendo sido uma verdadeira capitulação do Governo perante a tentativa feita por alguns membros da Câmara para irem adiante da Lei de 28 de setembro.

Não só se deu este fato, como boatos correram e circularam por esta cidade de que o Governo e a maioria queriam recorrer ao expediente que o Sr. Saíão Lobato propunha nesta câmara contra o Gabinete de 3 de agosto, quando esse gabinete atrevia-se a inserir na fala do trono a idéia de que o elemento servil precisava de uma reforma – a sessão secreta, que é a abolição da liberdade parlamentar, para a sustentação em particular de um negócio público, de um projeto apresentado, conforme o direito e iniciativa parlamentar, à luz do dia.

O Sr. Marcolino Moura – Mas a Câmara não quer sessão secreta.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Espero que não queira; mas a idéia de que podia recorrer-se à sessão secreta espalhou-se e correu por esta cidade. A respeito de todos esses assuntos eu desejo ouvir a opinião do Governo. Desejo saber do Governo se por acaso há tendências separatistas no Sul, se se quer converter a cidade do Rio de Janeiro na capital dos Estado confederados da escravidão.

Eu desejo ouvir a opinião do Governo se há tendências separatistas no País para dividir por esta linha negra da escravidão o País em dois; se essa

tendência já começa a lavrar no seio da população e se é provocada pelo Norte, do qual parece que a idéia emancipadora está descendo. (*Apoiados e não-apoiados.*) São questões muito graves, são questões que interessam eminentemente ao Império, que interessam à nossa Pátria comum, e é preciso que destas questões não se cure somente nos corredores desta câmara, é preciso que elas sejam discutidas nesta tribuna.

É exato que várias vezes em discussões públicas eu tenho denunciado a escravidão; mas não tenho usado de maior liberdade do que aquela de que usou o Sr. Sales Torres Homem no Senado, quando cobriu essa instituição com os seus maiores anátemas, e quando a profligou com a indignação da sua eloquência. Quando o grande José Bonifácio, o Patriarca da Independência, preparava-se para oferecer à consideração da Assembléia Constituinte um projeto que tinha por fim a emancipação gradual da escravidão, o Patriarca da Independência não usava de outra liberdade senão da que eu invoco.

Quando, em 1817, nessa primeira tentativa organizada da independência, os revolucionários de Pernambuco referiam-se à questão de emancipação, como sendo uma das primeiras que se tivesse de resolver, os meus comprovincianos indicavam, por assim dizer, a todos os que, em qualquer tempo, fossem contemporâneos da escravidão o dever de abolir, e hoje no Parlamento brasileiro não seria permitido tentar acompanhá-los nesse pensamento livremente exprimido no outro século.

Se não se tratasse de uma questão que interessa a liberdade parlamentar, que faz o mandato do deputado maior ou menor; se não se tratasse de uma questão que, sendo resolvida por uma forma, pode ser a iniciação do País em medidas de terror e de pânico, eu colocaria a reivindicação do meu direito nos termos em que tenho a honra de a colocar neste momento.

Desejo, pois, saber se o Governo pretende, pela primeira vez, talvez, neste reinado, intervir para abafar a liberdade dos debates do Parlamento. (*Sensação; apoiados e reclamações.*) Desejo saber se um governo liberal pretende proibir aquilo que era permitido às Câmaras conservadoras; pretendo saber se, quando a instituição monárquica é todos os dias atacada e a própria unidade do País discutida, se, quando nada se considera inviolável nas instituições, a escravidão somente terá esse direito que lhe querem dar de inviolável e sagrada, direito que hoje não tem a própria monarquia.

(*Há um aparte.*)

O nobre deputado não precisa uma vez mais chamar a atenção do nobre presidente para o regimento da Casa. O nobre presidente da Câmara compreende que este parlamento, onde se agitam as grandes questões e se decide dos destinos do País, não pode ser dirigido unicamente pela chicana (*reclamações*); que no Parlamento nacional é preciso que todas as vozes, que todas as causas tenham a liberdade de manifestar-se claramente e de cair ou morrer, conforme o voto da Câmara. (*Apertes.*)

Senhores, desejo saber qual é a opinião do Governo a este respeito, e desejo saber se o nobre presidente da Câmara não está disposto a tomar o voto da mesma Câmara, concedendo-me urgência como definitivo e ainda válido.

Vários Srs. Deputados – Foi para sexta-feira.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quando eu pedi à Câmara urgência para justificar o meu projeto designando o dia de sexta-feira, muitos dos meus amigos auguraram que, pelo fato de não ter eu acrescentado as palavras, ou na sessão imediata, na sexta-feira a Câmara não se reuniria. Sempre eu supus, porém, que, mesmo não se reunindo a Câmara na sexta-feira, ela manteria o seu voto, fazendo ficar na ordem do dia a urgência concedida.

Vozes – É preciso requerer novamente.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Vejo-me peado a cada passo por essas tricas do regimento. (*Reclamações.*)

Senhores, peço à Câmara dos Deputados que, se ela não quis, não se reunindo na sexta-feira, por uma decisão tomada fora do local das suas deliberações e fora da publicidade necessária aos seus debates, anular e invalidar o voto que havia dado a favor da urgência por mim requerida, peço à Câmara dos Srs. Deputados queira renovar a mesma urgência, ou para a sessão de hoje, ou para a sessão seguinte.

Todavia, declaro que me reservo o direito de retirar o meu pedido de urgência, se o Governo, fazendo do voto dessa urgência questão de confiança, quizer por esta forma obrigar os emancipadores, aqueles que se manifestarem por ocasião da discussão do orçamento da Agricultura de um modo desagradável aos que sustentam a manutenção da escravidão... ou a abandonar a causa da emancipação, que conta com eles, ou a separar-se do Governo ao qual querem ficar fiéis. (*Apartes.*)

Não quero colocar os meus amigos em posição tão difícil. Quanto à minha, está naturalmente traçada.

Há muitos que têm especulado com a idéia de que, tendo eu até hoje acompanhado o Governo, ainda que tivesse ocasião de divergir em pontos essenciais, dos quais o mesmo Governo havia feito questão de gabinete, como a reforma eleitoral, a minha propaganda em favor da emancipação adquiria alguma força em virtude desta posição de ministerialista que tive até hoje.

Senhores, é julgar a questão de um ponto de vista muito estreito. A força da emancipação não provém do fato de acompanhar um deputado ao gabinete, assim como não pode ser diminuída pelo fato de estar um deputado em oposição ao ministério, em frente do qual se agita esta idéia.

O Sr. Freitas Coutinho – As idéias levantadas pela Oposição morrem sempre.

(*Há outros apartes.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – A força da idéia emancipadora não provém, nem da posição relativa em que se coloca aquele que a defende, nem da força e do prestígio deste, que lhe presta seus serviços. (*Apartes.*)

Eu posso dizer à Câmara, com franqueza, que a causa da emancipação não pode ser mais mal servida do que pelo presente orador. (*Muitos não-apoiados.*)

Não tenho, pela minha natureza, nem o amor nem os hábitos da luta; não posso ser um destes propagandistas, como Garrison, que ficam sempre firmes na luta até ao dia em que Lincoln assina a emancipação de quatro milhões de escravos, isto é, até forçarem o Governo a realizar a sua idéia.

A minha dedicação será sempre a mesma, porque parte de um sentimento que não pode mais mudar; mas o meu esforço, o meu trabalho, têm limites.

O Sr. Presidente – O nobre deputado continua a interrogar o Governo ou quer discutir?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu desejo formular algumas perguntas ao Governo, como ao chefe da maioria, sobre os motivos, se os houve, por que deixou de haver sessão na sexta-feira. (*Oh!*)

Senhores, se deixou de haver sessão na sexta-feira, por um motivo qualquer, como o que determina a falta de reunião, muitas vezes, na assembléia geral, a Câmara compreende que não me cabe a mim o direito de perguntar a nenhum dos nobres deputados o motivo por que faltou à sessão.

Dirijo-me, Senhores, ao nobre deputado líder da maioria e pergunto-lhe, esperando da sua lealdade a resposta que S. Ex.^a entenda dever dar: se houve algum motivo público, algum motivo patriótico, algum motivo nacional ou algum motivo político que determinasse a não-reunião da Câmara na sexta-feira.

(*Cruzam-se muitos apertes.*)

Peço aos nobres deputados que me atendam e me escutem. Não é muito fácil a minha posição nesta tribuna, e não é muito fácil, principalmente desde que sou apresentado como um inimigo dos proprietários agrícolas do meu país, sendo, por assim dizer, indicado ao ódio de todos.

Senhores, o nobre deputado, o Sr. Martinho Campos, tem testemunhos, não só particulares, como públicos, de quanto respeito o seu caráter. A reputação que S. Ex.^a tem dia a dia edificado é uma reputação nacional. (*Apoiados.*) Ninguém pode deixar de considerar um patrimônio brasileiro esse caráter formado com tanta perseverança, que é uma acumulação lenta dia por dia de desinteresse, de abnegação, de coragem.

Mas ao nobre deputado, que sabe o profundo respeito que sempre pessoalmente lhe tributei, peço licença para dizer-lhe que nesta questão da emancipação eu não posso acompanhá-lo nem segui-lo.

(*Há diversos apertes.*)

Em 1867, quando o Gabinete de 3 de agosto, de que fazia parte como ministro da Justiça o honrado Sr. Martim Francisco, trazia à Câmara, inserido na fala do trono, o pensamento de modificar por alguma forma o elemento

servil, o honrado Sr. Saião Lobato dizia que esta idéia só podia ser aventada em sessão secreta, e o honrado Sr. Martinho Campos o acompanhava nesse terreno.

O Sr. Martinho Campos – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quando o Gabinete Rio Branco empreendia a lei da emancipação, o honrado Sr. Martinho Campos foi um adversário decidido, firme, enérgico dessa medida...

O Sr. Martinho Campos – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... e todas as suas simpatias, todo o seu apoio, todo o seu concurso era para os conservadores, dissidentes, que nesta Câmara mantinham a idéia de deixar-se intata a escravidão.

(O Sr. Martinho Campos dá um aparte.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Estas idéias públicas de S. Ex.^a em relação ao fato da escravidão fazem ver que a este respeito a sua opinião é que nunca se devia ter feito coisa alguma. É ou não é este o pensamento do nobre deputado?

Sendo assim, devo dizer com a maior franqueza que este pensamento não pode ser o meu.

O honrado deputado, a cujo caráter e a cuja inteligência estou pronto a render todas as minhas homenagens, pode ser o meu guia sempre que se tratar de reivindicar a dignidade do Parlamento e a força da opinião contra qualquer intervenção do Governo.

O Sr. Martinho Campos – Apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – S. Ex.^a levantou-se nesta tribuna como o maior de nossos parlamentares, mas, infelizmente, como eu tantas vezes o tenho comparado, infelizmente também, como o maior dos parlamentares dos Estados Unidos, Calhoun, tão fiel às grandes tradições do Congresso como aos interesses fundados na escravidão da grande zona que representava.

O Sr. Martinho Campos – Não apoiado neste ponto; nem quanto a ele, nem quanto a mim; suponho que compreendo melhor os interesses do País.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Nestas condições tenho o direito a que a Câmara manifeste-se entre as duas opiniões intransigentes, que se dividem neste recinto.

Há uns, como eu, abolicionistas intransigentes quanto ao fim, mas quanto aos meios muito transigentes...

O Sr. Martinho Campos – Não apoiado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... que aceitam tudo, que se contentam mesmo por enquanto, nesta sessão, com o projeto do nobre deputado por São Paulo...

O Sr. José Mariano – Não, este eu combato.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... com um projeto que suspende o tráfico do norte para o sul, porque este projeto é um meio de modificar por qualquer forma o *status* da escravidão (*apoiados e não-apoiados*), embora outras medidas sejam necessárias da parte do Poder Legislativo para impedir que se dêem maus resultados.

Há nesta câmara um partido de abolicionistas verdadeiramente intransigentes, entre os quais sobressai o nobre deputado pela Bahia, que pela primeira vez teve a coragem de defender nesta legislatura a emancipação dos escravos.

O Sr. Jerônimo Sodré – Do que me orgulho.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, a Câmara tem em seu seio duas frações, ambas muito pequenas em relação à grande totalidade de seus membros; há uma pequena fração, como eu disse, de abolicionistas não intransigentes quanto às medidas, porque aceitam ainda os meios brandos, que não se zangam com o nobre presidente do Conselho, quando S. Ex.^a diz que os esforços feitos são meras brincadeiras, porque, ao mesmo tempo que S. Ex.^a diz isso, vem conceder ao Fundo de Emancipação esses 500:000\$000 do excesso da taxa de escravos (*apoiados*), pelos quais eles eram os únicos que tinham votado nesta casa.

O Sr. Martinho Campos – Perdoe-me, agora, reclamo a sua memória; na sessão passada eu pedi isso.

O SR. JOAQUIM NABUCO – É exato: tive o apoio franco de V. Ex.^a. ... E porque, ao mesmo tempo que o nobre presidente do Conselho parece reear-se pelas medidas empregadas de que a questão da emancipação seja aventada nesta tribuna, S. Ex.^a consente que seja posto na ordem do dia o projeto do nobre deputado pelo Rio Grande do Sul, idêntico ao do nobre deputado por São Paulo, o Sr. Moreira de Barros, ao qual eu posso oferecer o meu como emenda, e que exatamente oferece o melhor meio de nesta câmara discutir-se profunda e completamente a questão da escravidão. (*Diversos apartes.*)

Mas, digo eu à Câmara: há um pequeno partido abolicionista intransigente, porém, defronte deste partido, pequeno, há outro, também pequeno, e que não chamarei escravista, porque ofenderia os nobres deputados, mas que é o partido do *status quo*, o partido que não quer que se dê mais um passo sobre a emancipação, que quer ficar para todo o sempre na Lei de 28 de setembro como solução definitiva e final.

(Trocam-se muitos apartes.)

Mas não se pode dizer que a maioria desta câmara não queria ir além da Lei de 28 de setembro, e tanto ela quer ir que o próprio projeto que proíbe o comércio de escravos é uma nova solução, ainda que incompleta, e não só tardia como lenta, dada ao programa da escravidão, solução muito diversa da solução dada pela Lei de 28 de setembro. (*Diversos apartes.*)

O Sr. Presidente – Para uma interrogação, o nobre deputado está-se alongando muito. (*Riso.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu sinto que, para uma interrogação, o meu discurso tenha parecido ao nobre Presidente da Câmara muito longo (*apartes*), e eu devo agradecer a generosidade...

(*O Sr. Francisco Sodré dá um aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu peço ao nobre deputado que não me interrompa; a metade do meu discurso já tem sido feita por S. Ex.^a

O Sr. Francisco Sodré – Vá continuando, deixe os apartes de lado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não quero deixar de dar uma prova de deferência aos meus colegas.

O Sr. Presidente – Peço aos nobres deputados que não interrompam o orador.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, peço aos que são responsáveis pelo Governo e pela direção desta casa que me digam se, no pensamento do Governo, há algum medo de que a questão da emancipação seja tão completa, tão absoluta, tão livremente discutida nesta casa como o pode ser pela imprensa. Desejo que os nobres ministros declarem se houve alguma tentativa indireta da sua parte para invalidar a liberdade dos debates nesta casa. Concluindo o meu discurso, direi que não quero sujeitar-me, no caso de ser-me negada a urgência, a mandar o meu projeto à Mesa sem a justificação, sobretudo porque as idéias nele contidas são idéias apresentadas nesta câmara por homens que tinham então o sopro liberal, como o Sr. Tavares Bastos, ou idéias apresentadas já à Assembléia Constituinte pelos patriarcas da nossa independência, ou medidas aconselhadas pelas comissões nomeadas nos países onde se abriu sério, profundo e verdadeiro inquérito sobre o grande problema que parece não preocupar o Sr. Presidente do Conselho, o problema da transformação do trabalho.

A força do meu projeto consiste, sobretudo, na justificação de que hei de acompanhar os seus artigos, para ver-se que muitos deles foram apresentados na Câmara em legislaturas anteriores por deputados que por aqui passaram, deixando o maior brilho, e os outros são o resultado da experiência de outros povos. Sendo assim, não me presto a apresentar o meu projeto nem em sessão secreta, nem sem a justificação que é a sua principal força para esclarecer a opinião.

Se os nobres ministros entendem que nesta questão, pela sua natureza, pelos receios do País, não falando na futura formação da federação dos Estados do Sul, não se deve ir além da Lei de 28 de setembro, do ato do Sr. Visconde do Rio Branco; se os nobres ministros entendem que a discussão é perigosa e que ela incute receios que não serão maiores do que os que foram incutidos pelo *Clube da Lavoura*, quando se dizia que a lei do Sr. Rio Branco trazia no bojo a ruína do País, receios que não serão maiores do que os incutidos pela lei da abolição do tráfico, quando no parecer apresentado pelo Sr. Cunha Matos se dizia que ela arruinava as nossas finanças, extinguiu a nossa navegação, matava o nosso comércio, em uma palavra, era o fim do País; se os nobres ministros, por estes receios, fazem questão de gabinete da simples fundamentação do meu projeto, peço-lhes que leal e francamente dêem à Câmara as devidas explicações.

Acompanhei o Gabinete, quando o vi suceder ao Ministério passado, do qual fui sincero adversário. Pareceu-me que as idéias pelas quais havia combatido eram as idéias vencedoras. Na lei eleitoral, divergindo radicalmente do Gabinete, e votando contra ele, vi com o maior pesar que o Partido Liberal aceitava como sua a reforma.

Na questão da emancipação, porém, na convicção de que é preciso caminhar além da Lei de 28 de setembro, eu me separaria não só do Gabinete, não só do Partido Liberal, não só da opinião pública e da conspiração geral do País, mas de tudo e de todos! Neste ponto faço uma aliança com o futuro. Cada ano será uma vitória das nossas idéias, e, daqui a 10 anos, a sessão de hoje há de aparecer como um desses exemplos históricos das divisões, dos temores e receios dos homens que recuam sempre diante das grandes medidas salvadoras, que transformam a face do País. Digo-o com toda a franqueza: não está no poder do nobre presidente do Conselho impedir que essa medida se realize; não está no poder de nenhum gabinete, sombra transitória que não tem realidade, criação da fantasia do Imperador, opor-se à decretação de uma medida desta ordem, quando esse mesmo soberano entender que chegou a hora de conferir a milhão e meio de escravos que trabalham no seu país o benefício da liberdade.

Um dia chegou em que aos poderosos traficantes de escravos, os poderosos armadores que mandavam as suas esquadras buscar às costas da África as vítimas da guerra, da traição e do crime, e que transportavam para esta cidade esse – gado humano – como lhe chamou o Sr. Torres Homem, um dia chegou em que, a despeito de todo o poder reunido desses infames mercadores, o qual pesava sobre as Câmaras e o Governo, a lei lhes disse: vós não sois mais do que piratas que devíeis ser enforcados nas vergas desses navios com que desonrais os mares. E o tráfico acabou!

Um dia chegou em que, vendo a renovação constante da escravatura no País, vendo que a escravidão não podia ter naturalmente um termo; que não havia nada que pudesse deter a multiplicação constante dos escravos no País, a lei disse aos poderosos proprietários de escravos, assim como às pobres mães

que antes, ainda como disse Sales Torres Homem, esperavam com terror a hora da maternidade: ninguém nasce mais escravo no Brasil.

Pois bem; a despeito de todas as resistências do Governo, da Câmara dos Deputados e do Senado, unidos contra nós; a despeito da conspiração de todos os interesses, criados pelo trabalho do próprio escravo, contra sua liberdade, uma ação mais poderosa, que é a atração do País pelas grandes forças morais do nosso século, há de fazer que um dia essa mesma lei diga aos que hoje sustentam a escravidão e não querem que se lhe toque, com receio de que sem ela o País sucumba: não há mais escravos no Brasil! (*Muito bem. Aplausos nas galerias.*)